

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 07 de julho de 2025 às 07h52
Seleção de Notícias

Estado de Minas - Online | BR-MG

Direitos Autorais

Você sabia que o parabéns já teve disputa judicial?	3
---	---

O Globo | BR

06 de julho de 2025 | Direitos Autorais

'Chatbots' violam conteúdo de acesso restrito dos veículos	5
--	---

ECONOMIA

Você sabia que o parabéns já teve disputa judicial?



O "Parabéns a Você" é uma canção universalmente conhecida, mas poucos sabem que já esteve no centro de uma disputa judicial. Esta famosa melodia, usada para celebrar aniversários, tem uma história intrigante envolvendo **direitos** autorais e batalhas legais. Entender esse contexto pode revelar muito sobre como as leis de copyright funcionam e como elas afetam até mesmo as músicas mais populares.

A origem da canção e sua transformação ao longo dos anos.

Os detalhes da disputa judicial que envolveu **direitos** autorais.

O impacto dessa disputa no uso da música em eventos públicos.

Qual é a origem do "Parabéns a Você"?

A melodia do "Parabéns a Você" tem suas raízes no final do século XIX. Originalmente, a música foi composta pelas irmãs Patty e Mildred J. Hill, professoras de jardim de infância nos Estados Unidos. A canção era inicialmente conhecida como "Good Morning to All" e foi criada para ser uma música de boas-vindas para crianças.

Com o tempo, a letra evoluiu para o que conhecemos hoje, sendo traduzida e adaptada em diversos idiomas. A simplicidade e a universalidade da melodia ajudaram a consolidar sua popularidade global. No

entanto, essa transformação também gerou complicações legais, especialmente no que diz respeito aos **direitos** autorais.

Parabéns - Créditos: depositphotos.com / VitalikRadko - Créditos: depositphotos.com / presmaster

Por que houve uma disputa judicial sobre o "Parabéns a Você"?

A disputa judicial em torno do "Parabéns a Você" surgiu devido a reivindicações de **direitos** autorais. A Warner/Chappell Music alegava possuir os direitos sobre a canção, cobrando taxas de licenciamento para seu uso em filmes, programas de TV e outras produções comerciais. Essa situação gerou descontentamento, levando a um processo judicial em 2013.

O caso foi levado a julgamento em 2015, quando um juiz federal dos Estados Unidos decidiu que a Warner/Chappell não tinha **direitos** autorais válidos sobre a letra da canção. A decisão foi um marco importante, permitindo que a música fosse usada livremente em eventos públicos sem a necessidade de pagamento de taxas.

Qual foi o impacto da decisão judicial?

A decisão judicial teve um impacto significativo na indústria do entretenimento. Com a música sendo considerada de domínio público, produções cinematográficas e televisivas puderam usá-la sem restrições financeiras. Isso também trouxe alívio para pequenos negócios e indivíduos que desejavam usar a canção em festas e eventos sem preocupações legais.

Além disso, o caso destacou a importância de entender os **direitos** autorais e suas implicações. Muitas músicas e obras culturais enfrentam desafios semelhantes, e o "Parabéns a Você" se tornou um

Continuação: Você sabia que o parabéns já teve disputa judicial?

exemplo emblemático de como disputas legais podem influenciar o acesso e o uso de conteúdos culturais.

O que realmente significam essas expressões que você usa todo dia

O que podemos aprender com essa história?

A história do "Parabéns a Você" oferece lições valiosas sobre **direitos** autorais e o acesso à cultura. Primeiramente, destaca a necessidade de uma compreensão clara das leis de copyright e como elas podem afetar o uso de obras artísticas. Em segundo lugar, ilustra como disputas legais podem moldar o acesso público a conteúdos culturais, influenciando a

forma como celebramos e compartilhamos tradições.

Por fim, o caso serve como um lembrete de que, mesmo as canções mais simples e populares, podem estar sujeitas a complexas questões legais. Isso reforça a importância de proteger e respeitar os **direitos** autorais, ao mesmo tempo em que se busca um equilíbrio que permita o acesso e a disseminação da cultura.

A inusitada história da letra em português de 'Parabéns a Você'

Gostou? Compartilhe este guia no WhatsApp!

'Chatbots' violam conteúdo de acesso restrito dos veículos

ECONOMIA

"Chatbots" violam conteúdo de acesso restrito dos veículos

Sistemas exibem extratos com trechos de textos exclusivos para assinantes

Ao ampliarem seus recursos de busca por informações atualizadas na internet, ferramentas de IA têm contornado os bloqueios de sites jornalísticos e exibido, em suas respostas a usuários, trechos de reportagens e artigos que só estariam acessíveis a assinantes dos veículos de imprensa que os produziram. A IA cita a fonte, mas revela boa parte do conteúdo, dispensando o acesso ao site do conteúdo original.

O uso desse conteúdo abre uma nova frente de violações de direitos autorais, deixando numa zona cinzenta publicações que já restringiram o uso de seus conteúdos no treinamento de modelos de IA. É o caso dos veículos da Editora Globo, que publica O GLOBO.

O ChatGPT, da OpenAI, pode entregar não só resumos detalhados, mas trechos literais de reportagens e colunas de acesso restrito. A partir do título e do veículo, a IA acessa e faz uma síntese, um texto adaptado. Se solicitado, reproduz trechos originais, como em testes feitos pelo GLOBO.

Em um deles, foi pedido ao chatbot um resumo detalhado do texto da colunista do GLOBO Malu Gaspar publicado em 3 de julho no site do jornal para assinantes, com o título

"Oposição vê Alexandre de Moraes 'entre a cruz e a espada' na crise do IOF". A IA deu um resumo. Com o pedido de mais detalhes, destrinchou o conteúdo em tópicos, com alguns trechos parafraseados e outros literais, como a íntegra de uma declaração da senadora

Damare Alves (Republicanos-DF) dada ao jornal. Também deu detalhes sobre um texto do mesmo dia da coluna de Ruy Castro, no site da Folha de S.Paulo, sobre a responsabilização de envolvidos nos atos do 8 de janeiro. De uma reportagem do Valor sobre o crescimento de João Pessoa, o ChatGPT apresentou os números, contou histórias de entrevistados e mencionou negócios citados no texto.

PARÁGRAFOS IDÊNTICOS

Apesar de ser a mais popular, o ChatGPT não é a única IA a burlar conteúdo restrito. Testes com o Grok, IA da rede social X, e o Perplexity, que tenta rivalizar com o Google em buscas com respostas por IA, mostram que é possível extrair trechos inteiros de textos restritos. No caso da Perplexity, os resultados trazem parágrafos idênticos aos originais.

A exposição dos textos em detalhes desafia veículos que já declararam não autorizar o uso de seus conteúdos para treinar modelos de IA. Embora bloqueios técnicos impeçam a incorporação aos modelos, são necessárias restrições adicionais para barrar respostas em tempo real com base nesses textos. Com a multiplicação de ferramentas e bots de IA, torna-se cada vez mais difícil identificar e bloquear todos os rastreadores.

Para Luca Belli, professor da FGV Direito Rio e coordenador do Centro de Tecnologia e Sociedade, há uma clara "apropriação indevida de propriedade intelectual" nesses casos. Ele diz que, mesmo quando os veículos proíbem o uso de conteúdo para treinos, não há como garantir que o conteúdo apresentado em respostas em tempo real não esteja também sendo incorporado ao aprendizado da IA:

- É realmente difícil imaginar que esse conteúdo seja utilizado somente para resumir e colocar referência,

e não para aprimorar - diz Belli, que vê pouca transparência sobre as bases de dados usadas pelas plataformas.

Desde o lançamento das ferramentas de IA generativa, há trincheira jurídica aberta em relação ao uso de conteúdo autoral. O caso mais emblemático é o do New York Times, que foi à Justiça contra a OpenAI pelo uso de seus artigos sem autorização para treinar IA. A partir daquele ano, os modelos mais atuais incorporados ao ChatGPT são lançados com menos detalhes técnicos sobre as bases de dados utilizadas. Em 2024, a News Corp, dona do Wall Street Journal e do New York Post, processou a Perplexity por utilizar reportagens de seus veículos sem autorização. Em fevereiro, uma coalizão formada por veículos como The Atlantic, Forbes e o britânico The Guardian entrou com ação contra a startup canadense Cohere, acusando-a de reproduzir de forma quase literal milhares de textos jornalísticos, inclusive os protegidos por paywall. Embora não haja regulação sobre o uso de conteúdo jornalístico por sistemas de IA, para a advogada Luciana Minada há infração à legislação de **direito** autoral. O presidente da

ANJ, Marcelo Rech, vê "apropriação indevida de conteúdo intelectual" nas respostas das IAs baseadas em reportagens.

O uso não autorizado de conteúdo jornalístico por sistemas de IA representa violação de **direitos** autorais, avalia Antonio Claudio Ferreira Netto, diretor jurídico do Grupo Globo. Segundo ele, tanto o uso de matérias protegidas para treinar modelos de IA quanto a geração de respostas baseadas nesses textos, inclusive os protegidos por paywall, configuram infrações à legislação brasileira. No caso dos sites que usam IA para reescrever e republicar matérias, ele diz que a violação é dupla:

- Nos casos de textos de IA que sejam similares ou cópias do conteúdo jornalístico original, se não houver autorização do veículo, haverá violação de **direito**

Continuação: 'Chatbots' violam conteúdo de acesso restrito dos veículos

autoral, nas modalidades de contrafação ou plágio. E mesmo que o resultado não tenha semelhança com o conteúdo original, ainda assim haverá infração autoral se as matérias protegidas foram imputadas no sistema sem autorização do titular dos direitos.

Ferreira Netto defende a criação de um marco regulatório para IA que garanta a necessidade do consentimento e a remuneração pela reprodução de conteúdo. Ele acrescenta que o uso de conteúdo jornalístico mesmo para treinamento de modelos de IA depende de autorização do titular dos direitos. (JC.)

REPRODUÇÃO

Oposição vê Alexandre de Moraes 'entre a cruz e a espada' na crise do IOF: o que diz a coluna da Malu Gaspar sobre isso

A coluna de Malu Gaspar no O Globo, publicada em 3 de julho de 2025, destaca que a oposição enxerga o ministro Alexandre de Moraes, do STF, "entre a cruz e a espada" na crise envolvendo o decreto de aumento do IOF. Ele atua como relator de três ações - uma da AGU (que defende o decreto do presidente Lula) e outras do PL e PSOL, que tratam da suspensão aprovada pelo Congresso

- O dilema é o seguinte:

* Se Moraes atender ao pedido do Palácio e derrubar a decisão do Congresso, arrisca uma grave ruptura entre Judiciário e Legislativo.

* Se rejeitar o pleito governista, frustrará o Planalto e reforçará politicamente o Congresso, depois dessa derrota histórica do governo.

Senadores da oposição como Hamilton Mourão e Damares Alves criticam o governo por agir precipitadamente, sugerindo que poderia ter mantido o diálogo com o Parlamento em paralelo ao processo judicial.

Continuação: 'Chatbots' violam conteúdo de acesso restrito dos veículos

Em síntese: Moraes está em uma posição extremamente delicada, pois qualquer decisão tomada tende a agravar, não resolver, o conflito entre Planalto e Congresso.

de acesso exclusivo a assinantes do GLOBO, a IA entregou um resumo do conteúdo. Com o pedido de mais detalhes, destrinchou em tópicos e até reproduziu trechos do texto.

Teste com ChatGPT. Questionado sobre uma coluna

Índice remissivo de assuntos

Direitos Autorais
3, 5